

**RODRIGO AUGUSTO SUZUKI DIAS CINTRA**

**UMA DIMENSÃO TRÁGICA DO PODER E DA  
JUSTIÇA – SHAKESPEARE E MAQUIAVEL**

**TESE DE DOUTORADO**

**ORIENTADOR: TÉRCIO SAMPAIO FERRAZ JR.**

**FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**

**SÃO PAULO**

**2011**

## RESUMO

O presente trabalho tem por intuito, por meio de uma perspectiva interdisciplinar, analisar de que maneira, no início da Era Moderna, podemos encontrar uma dimensão trágica na relação entre poder e justiça nas obras de dois autores fundamentais para a história do pensamento político e da arte: Maquiavel e Shakespeare. Por meio de uma leitura cruzada dos dois autores, defende a hipótese de que existem semelhanças desconcertantes entre eles e, ao mesmo tempo, diferenças importantes que imprimem maneiras diametralmente opostas de conceber a relação entre poder e justiça. O trabalho sustenta que Maquiavel pode ser lido como um autor trágico, principalmente devido a uma interpretação analítica do *Príncipe*, e que, para este autor, poder e justiça estão inevitavelmente separados. Ao mesmo tempo, argumenta que, para Shakespeare, nas chamadas grandes tragédias – Hamlet, Otelo, Rei Lear e Macbeth –, poder e justiça estão indissociavelmente unidos e que é justamente esta ligação que possibilita a legitimidade política. A partir de uma investigação do sentido do trágico, procura, ao desenvolver as dimensões jurídicas, políticas e artísticas envolvidas nesta forma de expressão, mostrar filosoficamente os contornos de uma teoria da justiça e do poder na modernidade e visualizar as condições de possibilidade de uma compreensão desta problemática em nosso próprio tempo.

Palavras-chave: Shakespeare, Maquiavel, Tragédia, Poder e Justiça

## ABSTRACT

The research has the purpose of, by means of multidisciplinary approach, analyzing how, in the beginning of Modern Age, we can find a tragic dimension between power and justice in the two main authors' work of arts to History of Law and Political Thinking and art: Machiavelli and Shakespeare. By means of cross-referencing these two authors, the assumption that there are confusing similarities between them is defended and, in the same way, important differences that demonstrate diametrically opposing views of conceiving the relationship between power and justice. In this paper, it is defended that Machiavelli can be considered as a tragic author, mainly, because of *The Prince's* analytical interpretation, and that, for this author, power and justice are inevitably separated. Simultaneously, it is argued that, for Shakespeare, in the big tragedies – Hamlet, Othello, King Lear and Macbeth –, Power and justice are inseparably united, and this union makes possible the political legitimacy. From an investigation in the tragic sense, the search, when developing legal, political and artistic dimensions involved in this way, showing philosophically the power and justice theory characteristics in the modernity and to observe the conditions of possibility of understanding this problematic in our own time.

Key words: Shakespeare, Machiavelli, Tragedy, Power and Justice

## RIASSUNTO

Il presente lavoro è dedicato all'analisi, attraverso una prospettiva interdisciplinare, di come all'inizio dell'età moderna, possiamo trovare una dimensione tragica nella relazione tra potere e giustizia nelle opere di due autori fondamentali per la storia del pensiero politico e artistico: Machiavelli e Shakespeare. Attraverso una lettura incrociata dei due autori, la tesi presenta che ci sono somiglianze sconcertanti tra loro e, allo stesso tempo, importanti differenze che segnano modi diametralmente opposti di concepire la relazione tra potere e giustizia. Il lavoro, in base specialmente a un'interpretazione analitica del *Principe*, sostiene che Machiavelli può essere letto come un autore tragico, e che per comprendere questo autore, potere e giustizia devono inevitabilmente essere separati. Allo stesso tempo, argomenta che per Shakespeare, nelle cosiddette grandi tragedie – Amleto, Otello, Re Lear e Macbeth –, potere e giustizia sono indissolubilmente legati e che è appunto questo legame che consente la legittimità politica. Partendo da un'indagine sul senso del tragico e sviluppando le dimensioni giuridiche, politiche e artistiche coinvolte in questa forma di espressione, il lavoro intende illustrare filosoficamente i contorni di una teoria della giustizia e del potere nella modernità e visualizzare le possibili condizioni per una comprensione di questa problematica nel nostro tempo.

Parole chiave: Shakespeare, Machiavelli, tragedia, potere e giustizia

## INTRODUÇÃO

*A literatura é uma defesa contra as injustiças da vida.*

*C. Pavese*

Há algo potencialmente trágico na relação entre poder e justiça.

Para se compreender isso, é preciso entender a tragédia para além do gênero dramático-literário, trabalhando a tragédia como forma de pensar, sentir e representar a relação do homem com o mundo no qual está inserido. Pode-se dizer que o trágico é uma concepção antropológica e filosófica que pode ser expressa por meio de diversas formas artísticas, assim como pode ser percebido em outras esferas da existência humana. É possível se encontrar no trágico, inclusive, um valor político e jurídico. Talvez mais do que um valor, a dimensão do trágico possa servir de ponto de fuga para o desenho das relações entre poder e justiça no início da modernidade. Isto porque o fenômeno para ser trágico exige empenho total de valores contra uma resistência poderosa, que é o conflito<sup>1</sup>, característica que está na essência da política e do direito.

Para investigar essa relação, propõe-se aqui o estudo cruzado de dois autores, Shakespeare e Maquiavel, que, a primeira vista, pouco mostram de comum, mas que, ao nos debruçarmos sobre suas obras, percebemos algumas semelhanças desconcertantes. Isto se dá, sobretudo, porque, como se tentará defender, tanto Shakespeare quanto Maquiavel tinham uma determinada concepção de poder e de justiça que poderíamos chamar de trágica. Com isso quer-se dizer, fundamentalmente, que os dois autores podem ser compreendidos dentro de uma chave de interpretação que analisa suas obras a partir de uma visão trágica de mundo.

Shakespeare, como se sabe, não escreveu apenas tragédias, foi também um mestre na arte da comédia. Porém, o Shakespeare que interessa para os fins aqui propostos não é o escritor de comédias, mas sim o autor de tragédias. Tradicionalmente, os dramas históricos não ingleses são incluídos no rol das tragédias de Shakespeare. No entanto, para

---

<sup>1</sup> Cf. FORTES, Betty Y. B. Borges. “Literatura e Direito na Tragédia Grega” In: *Encontros entre direito e literatura – pensar a arte*. Porto Alegre: EDIPUCRS, p. 21.

circunscrever melhor nosso objeto de estudo, não nos ocuparemos das dez peças<sup>2</sup> que compõem a chamada obra trágica de Shakespeare. Trabalharemos aqui apenas o que a tradição convencionou chamar de grandes tragédias, a saber: *Hamlet*, *Otelo*, *Rei Lear* e *Macbeth*. Esta delimitação busca evitar tratarmos de diversas peças sem nos aprofundarmos em alguma ou nenhuma delas.

Estudar os dramas históricos ingleses de Shakespeare a partir das lutas e sucessões do poder seria uma alternativa interessante, mas nos pareceu que já existem trabalhos suficientemente aprofundados a respeito<sup>3</sup>. Nossa escolha de investigação, assim, não é um estudo comparativo entre as tragédias de Shakespeare e o contexto político da época. Procuraremos, ao subtrair a história política inglesa, verificar como se articula o trágico em sua dimensão política e jurídica no início da modernidade. Decidiu-se, então, por estudar nas grandes tragédias a questão do poder e sua relação com a justiça, comparando, quando isso se mostra possível, as ações das personagens shakespearianas com o pensamento político de Maquiavel.

Além disso, este estudo procurará demonstrar em que medida o pensamento político de Maquiavel pode ser entendido como trágico. Não se trata, no caso, de uma filosofia política trágica a ponto de estar em descompasso com seu tempo, como em uma mera releitura do pensamento trágico antigo. Maquiavel é, sobretudo, um homem de seu próprio tempo, a dizer, do Renascimento, e expressa um sentimento que é igualmente trágico e moderno. Procuraremos, por meio de uma análise minuciosa de *O Príncipe*, encontrar os elementos que convidam a uma leitura trágica desta obra, que inaugura a política enquanto ciência na era Moderna<sup>4</sup>.

Nossa hipótese central de trabalho consiste na ideia de que é possível se estabelecer relações entre poder e justiça na obra de Shakespeare e de Maquiavel, sobretudo pela característica trágica destas duas obras fundamentais para se entender a modernidade. Parece-nos, neste caso, que não há outro caminho. Temos duas alternativas, a de

---

<sup>2</sup> As dez tragédias shakespearianas são, de acordo com a ordem de composição: *Tito Andrônico*, *Romeu e Julieta*, *Júlio César*, *Hamlet*, *Otelo*, *Rei Lear*, *Macbeth*, *Antônio e Cleópatra*, *Coriolano* e *Timão de Atenas*.

<sup>3</sup> Os trabalhos de Barbara Heliodora, por exemplo.

<sup>4</sup> Não nos aprofundaremos em outros livros de Maquiavel, como, por exemplo, os *Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio*. Também não nos preocuparemos em analisar a questão republicana ou as circunstâncias biográficas do autor. Nosso objeto de estudo é *O Príncipe* e uma de nossas hipóteses é a possibilidade de leitura desta obra a partir de uma dimensão trágica.

Shakespeare e a de Maquiavel, que são igualmente trágicas, ainda que em sentidos diferentes.

O poder estaria dissociado da justiça (perspectiva maquiaveliana) ou o poder estaria determinado pela concepção do justo (perspectiva shakespeariana). No caso de Maquiavel, estaríamos frente à possibilidade eterna de um poder sem justiça, um poder que se baseia na força e na astúcia, um poder que não precisa, obrigatoriamente, ter qualquer compromisso com a ideia de justiça. Um poder que não reconhece o conceito de legitimidade da maneira como a entendemos hodiernamente. É uma alternativa ao mesmo tempo trágica e cínica, como veremos, mas eminentemente prática. No caso de Shakespeare, por outro lado, teríamos uma concepção em que não se pode dissociar poder de justiça. Dois lados da mesma moeda, existiria uma relação de implicação entre os dois conceitos que Shakespeare teria percebido e expressado de forma artística.

Em Shakespeare, a justiça, seja a divina ou a dos homens, depende de uma relação de poder. No caso da justiça divina, o que ocorre é uma adequação ou não aos desígnios do cosmos e a vontade de Deus. Já no caso da justiça dos homens, a questão é outra: quem pode, legitimamente, executar a justiça? Só há justiça se pensarmos nas relações de mando e obediência.

O poder, por outro lado, também está condicionado à questão da justiça. Só há poder legítimo ali onde a justiça se manifesta. As lutas pelo poder que podemos ler nas peças de Shakespeare sempre têm, como pano de fundo, o questionamento sobre o caráter legítimo do detentor do poder, que se manifesta, na maioria das vezes, por meio da imagem do governante justo.

A justiça e o poder se reenviam nas tragédias.

Não pode haver poder legítimo onde não haja justiça, mas também não há justiça sem a dimensão do poder. O poder, sem a justiça, é instrumento de arbitrariedades, desmandos e autoritarismo. A justiça, sem o poder, é vazia, não consegue praticar os valores que deseja implementar. Como diz Oscar Wilde: “Só há uma coisa pior que a Injustiça, é a Justiça sem espada na mão. Sem Força, o Direito age a favor do Mal.”<sup>5</sup>

## I

---

<sup>5</sup> WILDE, Oscar. Aforismos ou mensagens eternas. São Paulo: Landy, 2006, p. 45.

Apesar de abordar, fundamentalmente, Shakespeare, um dramaturgo, e Maquiavel, um pensador da política<sup>6</sup>, nosso estudo é um trabalho de filosofia. E se observarmos o recorte dado pelo título deste trabalho, poderíamos dizer, de maneira mais precisa, que é um esforço de composição de uma análise interdisciplinar que tenta conciliar filosofia política, literatura e filosofia do direito. Segundo Dworkin, a política, a arte e o direito estão unidos, de alguma maneira, na filosofia<sup>7</sup>.

Embora não se possa dizer que Shakespeare foi um filósofo propriamente dito, é indiscutível que o autor tratou, artisticamente, de temas filosóficos. Isso a ponto de William Hazlitt, em *Characters of Shakespeare's Plays*, afirmar que Shakespeare “foi tão bom filósofo como foi poeta.” Porém, os estudos de crítica literária de Shakespeare tendem a focar assuntos relativos à caracterização dos personagens, do enredo, da linguagem, bem como do contexto social e político em que as peças foram escritas, de modo que as ideias filosóficas subjacentes às obras recebem, em geral, apenas um tratamento secundário<sup>8</sup>, isto quando não são categoricamente ignoradas.

Um dos objetivos deste trabalho é trazer à tona certas concepções filosóficas de Shakespeare implícitas nas suas maiores tragédias. Particularmente, tentaremos demonstrar como o autor tinha uma concepção de justiça trágica e de que maneira ela estava ligada ao problema do poder. A ideia central, neste sentido, é a de que Shakespeare, como outros autores clássicos da literatura universal, tinha uma concepção de justiça e de poder, mas não a expressou de uma maneira teórica, através de ensaios ou tratados, mas por meio da forma artística, no caso, a tragédia.

A questão que se apresenta, neste sentido, é a seguinte: de que maneira a possibilidade de uma dimensão trágica da política e do direito, perceptível nas peças de Shakespeare, é representada, artisticamente, por meio das relações entre poder e justiça?

De outro lado, temos Maquiavel.

Este notável pensador da política é o responsável, segundo quase a unanimidade dos estudiosos do tema, pela fundação de uma nova ciência na modernidade. Trata-se,

---

<sup>6</sup> Maquiavel é um filósofo diferente. Ele tem um pensamento que, em muitos sentidos, pode, inclusive, ser chamado de anti-filosófico, conforme procuraremos mostrar ao longo de nossa tese.

<sup>7</sup> “[...] I only report my sense that politics, art, and law are united, somehow, in philosophy.” (DWORKIN, Ronald cit. por TRINDADE, André Karam e GUBERT, Roberta Magalhães, op. cit., p. 46.)

<sup>8</sup> MCGINN, Colin. *Shakespeare's Philosophy – discovering the meaning behind the plays*. New York: HarperCollins Publishers, 2006, p. 1.



como sabemos, da ciência política. Isto ocorre porque Maquiavel encontrará na política um objeto de estudo preciso, diferente das formulações filosóficas políticas até então desenhadas: o poder. Maquiavel estabelece um discurso em seu livro mais famoso, *O Príncipe*, que aponta para uma dimensão trágica do poder. Nesse caso, a análise se inverte. Não estamos mais atrás do conteúdo político, filosófico ou jurídico por trás da obra de arte, como em Shakespeare, estamos investigando a formulação artística do *Príncipe* em seu caráter de obra trágica. Em outras palavras, interessa-nos ressaltar o caráter literário dessa obra política para podermos entender melhor como Maquiavel caracteriza, ou talvez seja melhor dizer, expressa, o poder em toda a sua dimensão trágica. Aqui, buscaremos analisar as metáforas, as imagens, o jogo de linguagem, o estilo desse autor florentino singular e polêmico que tanto incomoda quanto encanta quando tece suas considerações sobre o poder.

## II

O professor Tercio Sampaio Ferraz Jr., em um livro de entrevistas com filósofos, assim alerta sobre a relação entre razão, comunicação e poder:

Para mim, ao contrário, talvez a maior parte dos discursos humanos não seja racional. A racionalidade é apenas uma forma possível, entre outras, de enfrentar a situação comunicativa, de enfrentar o jogo entre emissor e receptor, entre orador e ouvinte – um jogo que é, na verdade, um jogo de poder. Se existe aqui algum universal, seria essa relação de poder, que está longe de ser algo racional. Nesse jogo, o conceito não aponta para nenhum fechamento, e não existe um princípio de razão suficiente capaz de explicá-lo.<sup>9</sup>

A afirmação do professor que, de alguma forma, tem um caráter provocativo, quase a pedir por maiores explicações, poderia servir de epígrafe para escrever um texto sobre nosso interesse em relacionar filosofia política, literatura e filosofia do direito.

De fato, em nosso trabalho, tentaremos mostrar que no início da era Moderna é possível se enxergar duas posições diferentes sobre o poder. Duas posições antagônicas que, conforme defenderemos, são eminentemente trágicas, mas que tentam, cada uma a sua maneira, expressar esse fenômeno fugidio que é o poder.

---

<sup>9</sup> NOBRE, Marcos; REGO, José Marcio. *Conversas com filósofos brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2000, p. 284.

De um lado Maquiavel, pensador pragmático que sustenta que o poder é um objetivo a ser perseguido por homens de *virtù*. Para este tipo de pensamento, o exercício do poder não precisa, necessariamente, de justificação. Poder e justiça estão plenamente separados. Tudo se passa como se o poder, por si só, tivesse validade na medida em que tem efetividade.

De outro lado, Shakespeare. Para esse autor o poder precisa ser justificado. Melhor: o poder tem algo a ver com a justiça. O campo de ação do poder é delimitado pelo justo. Em suas peças, a injustiça exercida por homens que detêm o poder nos agride e aponta para a dimensão trágica em que a verdadeira ordem das coisas deve ser restabelecida, mesmo que isso signifique, como sempre, aliás, o sacrifício do personagem trágico principal.

Nossa tese pretende, a partir de um estudo de perspectiva interdisciplinar, esclarecer como nos contornos iniciais da modernidade, o poder foi pensado como algo eminentemente irracional (perspectiva maquiaveliana) ou como algo que depende de um princípio organizador que o transcende (perspectiva shakespeariana).

A filosofia do direito será, em nosso trabalho, a mediadora das relações entre os textos dos dois autores. Em outras palavras, procurará organizar e estabelecer relações entre as discussões de caráter literário e as de caráter político.

Mas é preciso situar melhor a afirmação de que nosso trabalho é um estudo de filosofia.

A leitura de um texto de filosofia não é garantia de pensar filosoficamente. De fato, é possível se ler filosofia sem filosofar, assim como é possível se ler textos de outras qualificações filosofando. Não são os textos que lemos que nos transformam em filósofos, mas sim a nossa disposição para pensar de maneira diferente aquilo que sempre se pensou de maneira igual. Talvez seja isso que Wittgenstein queria dizer quando afirmava que a filosofia não é uma doutrina, mas uma atividade.

Mas, então, o que seria uma leitura filosófica nos moldes em que nos propusemos? Como ler Shakespeare e Maquiavel a partir de uma perspectiva filosófica?

Talvez seja difícil responder a essa pergunta de maneira direta. A verdade é que os filósofos constroem, cada um a seu modo, sua forma e método de aproximação dos textos. No entanto, podemos dizer, com certa segurança, que a leitura filosófica é sempre aquela que desconfia do texto. Aquela que procura significados ocultos nas entrelinhas de um pensamento que se formalizou em texto. Essa desconfiança deve levar o intérprete a analisar as metáforas, o estilo, os pressupostos, o movimento e cadência com que o texto

evolui. Assim, para além de uma suposta literalidade, plenamente impossível, a leitura filosófica desvela sentidos escondidos, desmascara posturas às vezes inconfessáveis e, ao mesmo tempo, reconstrói imagens e formula hipóteses. Através do questionamento, atividade racional por excelência, a leitura filosófica busca a formação de significados.

Se levarmos a sério o que vem a ser a filosofia para Deleuze e Guattari, por exemplo, veremos que a filosofia é “a arte de formar, de inventar, de fabricar conceitos<sup>10</sup>”. O que está por detrás de nosso estudo é, no limite, uma concepção profunda de que a arte também produz conceitos. Aproximando assim arte de filosofia o que vemos é que, na formulação de conceitos, o que está em jogo é a mais pura produção de estruturas do pensamento que são responsáveis por nossas formas de pensar, sentir e viver.

Assim, quando nos propomos a revelar uma dimensão trágica do poder e da justiça em Shakespeare e Maquiavel estamos, antes de tudo, nos utilizando da arte como invenção de conceitos e, desta maneira, como porta de entrada privilegiada para uma reflexão de carácter filosófico. Vale dizer, a arte de Shakespeare é tão política quanto a escrita de Maquiavel. E, talvez, a obra política de Maquiavel seja tão artística quanto a de Shakespeare. Os dois autores confluem no fato de poderem proporcionar significados para as palavras *poder e justiça*.

Dessa maneira, traçamos uma estratégia de leitura desses autores e uma correspondente forma de composição de nosso texto.

Nossa estratégia de leitura e composição do texto será, ao contrário do que se imaginaria, então, a de ler Shakespeare como um filósofo e Maquiavel como um autor de textos literários. Ou seja, a busca do carácter filosófico por detrás das grandes tragédias de Shakespeare e a busca do carácter estético por trás do pensamento filosófico-político de Maquiavel. Claro que não perderemos de vista, nesse percurso, o valor artístico da obra do bardo inglês, nem o impacto político do pensamento do florentino, mas a inversão da leitura que propomos como método de trabalho filosófico para nos aproximarmos dos textos de ambos parece ser imprescindível para discutir a hipótese central que tentaremos defender ao longo da tese. A composição de nosso texto obedecerá ao ritmo das idas e vindas entre política e arte, intercalando o pensamento de Shakespeare e Maquiavel e demonstrando, assim, o carácter trágico dessas duas formas de pensar antagônicas e, às vezes, semelhantes.

---

<sup>10</sup> DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. *O que é a filosofia*. São Paulo: Editora 34, 2004, p. 10.

Quando Shakespeare morreu, um de seus grandes contemporâneos, Ben Jonson, escreveu um poema intitulado “To the Memory of my Beloved, the Author, Master William Shakespeare, and what he hath left us”. Este poema constava do prefácio da edição do Primeiro Fólho das obras do bardo de 1623<sup>11</sup>. Nele encontramos o seguinte verso sobre Shakespeare: “Ele não era de uma época, mas de todos os tempos”<sup>12</sup>. A citação aponta para uma característica interessante das obras do autor: elas sobrevivem ao tempo. As pessoas ainda leem Shakespeare e ainda temos montagens de suas peças. Isso no mundo inteiro. Não há nenhum exagero em dizer que nosso autor se transformou em um gênio universal. De alguma forma, os trabalhos deste homem, que escreveu em um momento particular da história, a partir de uma cultura particular, sobre temas específicos, se transformaram em obras universais<sup>13</sup>.

Por seu turno, Maquiavel também ficou conhecido por suas ideias. Mas, claro, por suas ideias políticas não tão convencionais. Em geral, quando falamos desse escritor, logo o associamos a palavras como falsidade, astúcia, cálculo, perfídia. De fato, essas palavras parecem realmente apontar para o pensamento de Maquiavel. Suas ideias causaram um impacto tão grande no pensamento político ocidental que a maioria dos países incorporou um adjetivo em seus dicionários para caracterizar certas condutas humanas: *maquiavélico*. E não há pensador da política que não tenha, em algum momento, que lidar com a perspectiva maquiaveliana.

Em outras palavras, tanto Shakespeare quanto Maquiavel se transformaram em clássicos.

O clássico é aquela obra que, apesar de ter sido produzida em um determinado momento histórico preciso, ainda se revela particularmente importante para a compreensão de nosso próprio tempo<sup>14</sup>. Ítalo Calvino, em uma de suas definições de clássico, assim dispõe: “Um clássico é um livro que nunca terminou de dizer aquilo que tinha para

---

<sup>11</sup> WELLS, Stanley. *Oxford dictionary of Shakespeare*. Oxford: Oxford University Press, 1998, p. 88.

<sup>12</sup> “He was not of an age, but for all time!”

<sup>13</sup> MANGAN, Michael. *A preface to Shakespeare's tragedies*. London: Longman, 1991, p. 1.

<sup>14</sup> Sobre a atualidade de Shakespeare, Sisson: “In his plays he reflects his own thought, and the life and the thought of his own time, and in so doing presents dramatic pictures of problems of life that are significant to all ages of mankind. By virtue of his deep humanity and creative imaginativeness Shakespeare is both ‘of an age’ and ‘for all time’.” (SISSON, C. J. *Shakespeare's Tragic Justice*. London: Methuen & CO. LTD, 1964, p. vi.)

dizer.”<sup>15</sup> Ou seja, de alguma forma, os clássicos ainda respondem aos problemas mais atuais da existência humana.

Claro que cada período histórico, cada cultura específica, teve o seu Shakespeare e o seu Maquiavel. A audiência de Shakespeare pelos elisabetanos certamente foi diferente da leitura deste autor feita durante o século XIX e, certamente, é diferente da leitura feita por nós no início do século XXI. Mas é justamente o fato de permitir as mais variadas interpretações – e esta é uma das características principais dos clássicos – que faz destes autores, de uma maneira surpreendente e paradoxal, nossos contemporâneos.

Estudar estes autores em conjunto, assim, devido a esse caráter universal, é fazer uma aposta. A de que obras escritas há mais de quatro séculos, ainda possam ser úteis para compreender nossa própria realidade social.

Discutir o fenômeno da justiça ou mesmo o do poder não é novidade em nenhum departamento de Filosofia no Brasil. A novidade, no caso, é se preocupar com uma concepção destes fenômenos que, como no caso de Shakespeare, não seja estruturada cientificamente, mas apareça de maneira imagética e espontânea, ou talvez calculada, no campo da estética, mais precisamente, na obra de arte literária<sup>16</sup>. No caso de Maquiavel, o interesse seria outro. Consistiria justamente em analisar de que modo o poder é pensado de maneira desvinculada da justiça ali, no início da era Moderna ou, mais precisamente, na fundação de um pensamento político de caráter científico. Além disso, as diversas relações que pretendemos estabelecer entre o pensamento de Maquiavel e a arte de Shakespeare, no caso o caráter trágico que conduz a obra destes autores e que, por vezes, os distingue e ao mesmo tempo os irmana, parecem-nos propiciar uma boa oportunidade para refletir sobre a hipótese de maior relevo de nossa tese, a saber: a possibilidade de uma leitura trágica da relação entre poder e justiça nos contornos iniciais da modernidade. Ou, como poderíamos também dizer, entre o núcleo central do campo da política e do direito.

Acreditamos que a tentativa de se fazer um estudo da relação tensa, difícil e necessária entre poder e justiça, a partir da filosofia política, da literatura e da filosofia do direito possa ser uma alternativa original, sobretudo devido à perspectiva interdisciplinar

---

<sup>15</sup> CALVINO, Ítalo. *Por que ler os clássicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 11.

<sup>16</sup> “O Direito deve mais ao *Mercador de Veneza* do que a todos os compêndios jurídicos escritos até o século XIX.”(KOLLER, Joseph cit. por SILVA, Teófilo. *A paixão segundo Shakespeare*. Brasília: W edições, 2010, p. 233.)

que nos propusemos a realizar. Uma reflexão filosófica em que a teoria literária e as ciências sociais são postas em diálogo para o desenvolvimento de uma teoria da justiça.

### III

Dividimos nosso trabalho em três partes.

Na primeira parte, intitulada *A Perspectiva Trágica*, tentaremos destacar a tragédia como uma forma de se pensar, sentir e representar o mundo. É nessa seção que discutiremos as particularidades da tragédia clássica grega, principalmente no que diz respeito à necessidade e à contingência na ordem da relação entre os homens e o mundo, e posteriormente a compararemos com as especificidades da tragédia shakespeariana. É nesse espaço, também, que defenderemos uma das principais teses de nosso trabalho: a possibilidade de compreensão do *Príncipe* de Maquiavel como obra trágica.

Dividimos esta primeira seção em três capítulos, a saber: 1.1 A tragédia clássica; 1.2 A tragédia shakespeariana e 1.3 A tragédia maquiaveliana.

Na segunda parte, intitulada *Filosofia Política, Literatura e Justiça Trágica*, discutiremos a relação entre poder e justiça nas obras de Maquiavel e Shakespeare a partir de uma perspectiva de caráter trágico. Faremos, no capítulo inicial desta segunda parte, um exercício de leitura. Mostraremos como é possível se ler as grandes tragédias de Shakespeare a partir de conceitos e temas muito próprios de Maquiavel.

Analisaremos, também nessa seção, dois tópicos essenciais para a compreensão da relação poder/justiça a partir de uma chave de interpretação trágica: a questão da Ordem X Desordem e a questão do Público X Privado. Duas questões centrais para a discussão da temática do poder e sua imbricação com a justiça na perspectiva trágica.

É nessa seção que buscamos fazer a leitura cruzada entre Shakespeare e Maquiavel, ou seja, sustentar as aproximações e distanciamentos entre as obras destes autores e de que maneira essa leitura pode ser útil para esclarecer a ligação entre política e direito.

Dividimos esta segunda seção em cinco capítulos, a saber: 2.1 Lendo Shakespeare a partir de Maquiavel; 2.2 Poder e justiça em Maquiavel; 2.3 Poder e justiça em Shakespeare; 2.4 Ordem e desordem em Shakespeare e Maquiavel e 2.5 O público e o privado em Shakespeare e Maquiavel.

Na terceira parte de nosso estudo, *O Homem Trágico*, investigaremos a dimensão trágica a partir do sujeito. Para isso, nos valeremos da ambivalência da ideia de ator-ator-

político e ator-personagem. Através de uma inversão de leitura e interpretação, analisaremos o príncipe maquiavélico como um personagem do tipo trágico e os personagens principais das tragédias shakespearianas como príncipes, ou seja, como homens públicos detentores de poder. A questão é de relevo se pensarmos, como Kierkegaard, que a distinção entre a tragédia grega e a moderna é que a primeira diz respeito a ação, enquanto a segunda, ao personagem<sup>17</sup>.

Dividimos esta terceira seção em dois capítulos, a saber: 3.1 O príncipe como personagem trágico em Maquiavel e 3.2 O personagem trágico como príncipe em Shakespeare.

Ao fim do trabalho, dispomos nossas conclusões sob o título *Considerações finais*.

---

<sup>17</sup> MORA, Ferrater. *Dicionário de Filosofia (4 vols.)*. São Paulo: Edições Loyola, 2004, Tomo IV, p. 2910, verbete “Tragédia”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*O mundo inteiro é um palco,  
e todos os homens e mulheres simples atores;  
que têm suas entradas e saídas;  
E um homem representa, em seu tempo, diversos papéis[...]*  
Jacques em *Como Gostais* de Shakespeare

Shakespeare e Maquiavel, dois autores fundamentais para a construção do mundo moderno como o conhecemos, podem ser lidos a partir de uma chave de leitura que podemos chamar de *trágica*. Existe algo, nos textos destes autores, que nos convida e conduz a esta interpretação.

Desta maneira, é possível estabelecer uma relação entre a política e o direito, em suas obras, que obedeça a esta dimensão trágica. Isto porque ambos os autores parecem fornecer significados para o conceito de poder, núcleo estruturante da política, e para o conceito de justiça, núcleo estruturante do direito. Mais que isso, verificar uma dimensão trágica nas relações entre poder e justiça nas obras de Shakespeare e Maquiavel estudadas implica em uma determinada visão de como o universo dos conceitos opera no início da modernidade.

Se por um lado a dimensão trágica que conecta o poder à justiça em Shakespeare pode ser lida em suas tragédias maiores, de outro, acreditamos também ser possível perceber uma relação de tensão entre poder e justiça no *Príncipe* de Maquiavel. Neste caso, a grande questão vai ser justamente a possibilidade de poder sem justiça.

De qualquer modo, é interessante perceber como a ideia de tragédia ainda pode auxiliar na compreensão da construção artística, política e jurídica da modernidade. As duas vias de relação entre poder e justiça montadas no período inicial da Era Moderna, dois paradigmas diferentes representados, neste estudo, pelas grandes tragédias de Shakespeare e pelo *O Príncipe* de Maquiavel, parecem resumir, em muitos sentidos, a relação entre política e direito. Assim, se as posições de nossos dois autores sobre a relação entre poder e justiça não convergem, sendo efetivamente trágicas, porém em um sentidos diversos, por outro lado, ambos os autores escrevem a partir de uma ruptura com a mentalidade anterior. O drama shakespeariano vai muito além das convenções medievais e apresenta em sua forma as contradições do período em que se inscreve. O pensamento de Maquiavel é claramente uma ruptura com a ideia clássica de bom governo/bom governante e, portanto, de uma política que se estabelece a partir de Deus, da razão ou da natureza. A justiça, que era elemento constituinte de uma política fundada nestas figuras, não diz mais nada ao



poder enquanto exercício de homens que pautam suas ações pelos critérios práticos de conquista e manutenção deste poder. No momento de transição entre uma concepção de mundo moderno e um mundo pós-moderno, como parece ser o momento em que vivemos, a questão que surge seria a seguinte: existiria, ainda, uma dimensão trágica estruturada a organizar nossas práticas políticas e jurídicas? A tragédia ainda pode ser uma via relevante para a compreensão da relação entre poder e justiça?

E, se assim for o caso, estaríamos mais próximos de Shakespeare ou de Maquiavel?

Não é de hoje que percebemos um lapso entre o discurso, a teoria, e a efetividade do mundo da prática. Se a dimensão shakespeariana nos ensina que o poder precisa de justificação, ou melhor, precisa ser justo, a tradição maquiaveliana aponta para o descompasso entre estes dois conceitos. E não há quem não tenha pensado, quando o assunto é política, que nossos governantes, que na teoria deveriam ser justos, muitas vezes se esquecem das dimensões éticas e jurídicas e estão, prontamente, interessados apenas na sua própria sobrevivência no jogo do poder. Em outros termos, a dimensão shakespeariana impregna nossos discursos, mas, na prática, percebemos os princípios da ação maquiavelianos. O texto de Maquiavel, como enuncia, está preocupado com a “verdade efetiva das coisas” e não com abstrações sobre a política que podem ser extremamente agradáveis, mas que carecem por completo de utilidade prática. Curiosamente, se seu texto pode ser entendido como alguma espécie de teoria da ação política, ele assim só se constitui na medida em que nega toda a tradição da filosofia política teórica anterior ao seu escrito. É da essência de seus argumentos sobre o poder que Maquiavel propõe algo inusitado: uma teoria que somente se realiza por completo na medida em que se adequa aos imperativos da vida prática. Em Maquiavel, podemos perceber os princípios políticos de um realismo verdadeiramente assustador.

Estudar a imbricação ou a oposição entre poder e justiça em nossos autores é, de certa maneira, discutir as formas da ordem. Shakespeare e Maquiavel são pensadores da ordem, conforme tentou-se demonstrar. Essa ordem é mantida pela lógica da estruturação do personagem principal em Shakespeare e sua relação com o reino. Se a personagem, de alguma maneira, está desestruturada, o Estado, em si, também está em desordem. Em Maquiavel, o príncipe, esta personagem bem construída em sua obra, pode governar livremente sem ser justo. O poder não corresponde a critérios de justiça. A ordem, ou um Estado pacificado, deve ser mantido a todo custo, mesmo que à revelia da justiça.

Através do estudo de nossos autores, acreditamos ter sido possível demonstrar uma dimensão trágica por trás da relação entre poder e justiça nos contornos iniciais da

modernidade. Por certo, tal afirmação implica, ao mesmo tempo, como dissemos, em uma percepção de duas tradições distintas de relacionamento entre estes conceitos. Fomos buscar na arte, no universo de representações criado por Shakespeare, uma ligação entre política e direito em que a figura do governante precisa ser justa para ter legitimidade. Por outro lado, buscamos nas primeiras formulações científicas sobre a política, aquelas que podem ser encontradas na obra de Maquiavel, uma dissociação entre poder e justiça que torna possível a existência de uma imagem do governante injusto como um representante viável, plausível e real.

A verdadeira tragédia implícita nas relações entre política e direito é que a sobreposição entre as duas esferas seria algo mais próximo da ordem do discurso que da ordem da prática. E, por outro lado, a irredutibilidade das duas esferas, seu desacoplamento, daria conta do mundo da práxis, mas seria insustentável como discurso. De uma maneira curiosa, o trágico como algo inexorável, algo que não podemos determinar nos dá uma escolha: é desejável que o poder seja justo – esta é a prática que conseguimos depreender da dimensão “teórica” de Shakespeare –, porém, percebemos que o poder não precisa ser necessariamente justo – esta é a teoria que podemos ler no manual prático de Maquiavel. Mas, como em toda tragédia, a escolha que nos é dada é a de sempre fazer as escolhas erradas. Talvez sempre as mesmas escolhas.

## BIBLIOGRAFIA

### 1. OBRAS DE SHAKESPEARE

SHAKESPEARE, William. *The Complete Arden Shakespeare*. London: Arden, 2000.

\_\_\_\_\_. *Teatro completo – tragédias e comédias sombrias*. Trad. Barbara Heliodora. Rio de Janeiro: Nova Aguillar, 2006.

\_\_\_\_\_. *William Shakespeare – Teatro completo – 3 vols.* Trad. Carlos Alberto Nunes. Rio de Janeiro: Agir, 2009.

\_\_\_\_\_. *O rei Lear*. Trad. Millôr Fernandes. Porto Alegre: L&PM Editores, 1997.

\_\_\_\_\_. *Otelo*. Trad. Barbara Heliodora. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 1999.

\_\_\_\_\_. *Hamlet*. Trad. Millôr Fernandes. Porto Alegre: L&PM Editores, 2001.

\_\_\_\_\_. *Macbeth*. Trad. Manuel Bandeira. São Paulo: Cosac & Naify, 2009.

### 2. OBRAS DE MAQUIAVEL

MAQUIAVEL, Nicolau. “O príncipe” In: *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

\_\_\_\_\_. *O príncipe – com comentários de Napoleão Bonaparte e Rainha Cristina da Suécia*. São Paulo: Jardim dos livros, 2007.

\_\_\_\_\_. *O príncipe – Edição bilíngüe*. Trad. José Antônio Martins. São Paulo: Hedra, 2007.

\_\_\_\_\_. “Escritos políticos” In: *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

\_\_\_\_\_. “A vida de Castruccio Castracani” In: *Maquiavel*. Brasília: Editora UNB, 1987.

\_\_\_\_\_. “Belfagor, o Arquidiabo” In: *Maquiavel*. Brasília: Editora UNB, 1987.

\_\_\_\_\_. *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*. Brasília: Editora UNB, 2000.

\_\_\_\_\_. *A arte da guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

\_\_\_\_\_. *A Mandrágora* São Paulo: Abril Cultural, 1976.

### **3. OBRAS SOBRE SHAKESPEARE**

ALEXANDER, Nigel. “Critical disagreement about Oedipus and Hamlet” In: MUIR, Kenneth; WELLS, Stanley. (orgs.). *Aspects of Hamlet*. New York: Cambridge University Press, 2009, p. 102-108.

ALVIS, John E. “Introductory: Shakespearean poetry and politics” In: ALVIS, John E.; WEST, Thomas G. (orgs.). *Shakespeare as a political thinker*. Durham: Carolina Academic Press, 2000, p. 1-28.

ALVIS, John E. “How not to kill a despot?” In: ALVIS, John E.; WEST, Thomas G. (orgs.). *Shakespeare as a political thinker*. Durham: Carolina Academic Press, 2000, p. 289-316.

AMORA, Mário. *Hamlet – a difícil arte de decidir*. Osasco: Novo Século Editora, 2006.

ARMITAGE, David et. ali. “Introduction” In: ARMITAGE, David; CONDREN, Conal; FITZMAURICE, Andrew. (Orgs.). *Shakespeare and early modern political thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009, p. 1-22.

ARMSTRONG, Jane. *The Arden dictionary of Shakespeare quotations*. London: Arden, 1997.

BAYLEY, John. *Shakespeare and tragedy*. London: Routledge, 1981.

BETHELL, S. L. "Shakespeare's imagery: the diabolic images in Othello" In: MUIR, Kenneth; WELLS, Stanley. (orgs.). *Aspects of Othello*. New York: Cambridge University Press, 2009, p. 29-47.

BEVINGTON, David. *Shakespeare's ideas – more things in heaven and Earth*. Hong Kong: Wiley-Blackwell, 2008.

BLOOM, Harold. *Shakespeare – a invenção do humano*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

\_\_\_\_\_. *Hamlet – poema ilimitado*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

\_\_\_\_\_. *Gênio*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.

BOQUET, Guy. *Teatro e sociedade: Shakespeare*. São Paulo: Perspectiva, 1969.

BRADLEY, A. C. *A tragédia shakespeariana*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

CAMPBELL, Lily Bess. *Shakespeare's tragic heroes*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

CINTRA, Rodrigo Suzuki. "O que há de Shakespeare no homem de hoje" In: *Diálogos e Debates – Revista da Escola Paulista de Magistratura*, Ano 2, nº1, edição 5, set. 2001, p. 8-11.

CLEMEN, Wolfgang. *The development of Shakespeare's imagery*. London: Methuen and Co. LTD, 1977.

CRYSTAL, David; CRYSTAL, Ben. *Shakespeare's words – a glossary & language companion*. London: Penguin Books, 2002.

DYLLON, Janette. *The Cambridge introduction to Shakespeare's tragedies*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

EAGLETON, Terry. *William Shakespeare*. Oxford: Blackwell Publishers Ltd, 1986.

ELIOT, T. S. "Hamlet and his problems" In: *Selected Essays*. New York: Harcourt, Brace and Company, 1932, p. 121-126

EMPSON, William. *Essays on Shakespeare*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

FARACO, Sergio. *Livro das citações – Shakespeare de A a Z*. Porto Alegre: L&PM Editores, 1998.

FRYE, Northrop. *Sobre Shakespeare*. São Paulo: Edusp, 1992.

GHIRARDI, José Garcez. *O mundo fora de prumo*. São Paulo: Almedina, 2011.

GOETHE, J. W. "Para o dia de Shakespeare" In: *Escritos sobre literatura*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 1997, p. 31-39.

\_\_\_\_\_. "Shakespeare e o sem fim" In: *Escritos sobre literatura*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 1997, p. 39-56.

GREENBLATT, Stephen. "Shakespeare and the ethics of authority" In: ARMITAGE, David; CONDREN, Conal; FITZMAURICE, Andrew. (orgs.). *Shakespeare and early modern political thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009, p. 64-79.

HALLIDAY, F. E. *Shakespeare*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

HATTAWAY, Michael. "Tragedy and political authority" In: MCEACHERN, Claire. (org.). *The Cambridge companion to Shakespearean tragedy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002, p. 103-122.

HAZLITT, William. *Characters of Shakespeare's plays*. La Vergne: Editora Bibliolife, 2009.

HEILMAN, Robert B. "Shakespearean comedy and tragedy: implicit political analogies" In: ALVIS, John E.; WEST, Thomas G. (orgs.). *Shakespeare as a political thinker*. Durham: Carolina Academic Press, 2000, p. 381-396.

\_\_\_\_\_. "The criminal as tragic hero: dramatic methods" In: MUIR, Kenneth; WELLS, Stanley. (orgs.). *Aspects of Macbeth*. New York: Cambridge University Press, 2009, p. 26-38.

HELIODORA, Bárbara. *Reflexões Shakespearianas*. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 2004.

\_\_\_\_\_. *O homem político em Shakespeare*. Rio de Janeiro: Agir Editora, 2005.

\_\_\_\_\_. *Falando de Shakespeare*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

HERMAN, Peter C. "Macbeth: absolutism, the ancient constitution, and the aporia of politics" In: JORDAN, Constance; CUNNINGHAM, Karen. (orgs.). *The law in Shakespeare*. New York: Palgrave Macmillan, 2007, p. 208-232.

JAMES, Susan. "Shakespeare and the politics of superstition" In: ARMITAGE, David; CONDREN, Conal; FITZMAURICE, Andrew. (orgs.). *Shakespeare and early modern political thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009, p. 80-98.

JOHNSON, Samuel. *Prefácio a Shakespeare*. São Paulo: Iluminuras, 1996.

JORDAN, Constance; CUNNINGHAM, Karen. *The law in Shakespeare*. London: Palgrave Macmillan, 2007.

KERMODE, Frank. *A linguagem de Shakespeare*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

KIERNAN, Victor. *Eight tragedies of Shakespeare*. London: Verso, 1996.

KOTT, Jan. *Shakespeare nosso contemporâneo*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

LACAN, Jacques. *Hamlet*. Campinas: Escuta/Liubliú, 1986.

LINGS, Martin. *A arte segrada de Shakespeare – o mistério do homem e da obra*. São Paulo: Polar, 2004.

MACRONE, Michael. *Brush up your Shakespeare*. New York: Harper & Row, 1990.

MANGAN, Michael. *A preface to Shakespeare's tragedies*. London: Longman, 1991.

McALINDON, Tom. "What is a Shakespearean tragedy?" In: MCEACHERN, Claire. (org.). *The Cambridge companion to Shakespearean tragedy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002, p. 1-22.

McGINN, Colin. *Shakespeare's philosophy – discovering the meaning behind the plays*. New York: HarperCollins Publishers, 2006.

MOURTHÉ, Claude. *Shakespeare*. Porto Alegre: L&PM Editores, 2007.

MUIR, Kenneth. *Shakespeare's tragic sequence*. London: Hutchinson & CO LTD, 1972.

MURLEY, John A.; SUTTON, Sean D. "Poetry and politics: an introduction and retrospect" In: MURLEY, John A.; SUTTON, Sean D. (orgs.). *Perspectives on politics in Shakespeare*. Oxford: Lexington books, 2006, p. 1-10.

NELSON, Eric. "Shakespeare and the best state of commonwealth" In: ARMITAGE, David; CONDREN, Conal; FITZMAURICE, Andrew. (orgs.). *Shakespeare and early modern political thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009, p. 253-270.

PARKER, M. H. *The slave of life – a study of Shakespeare and the idea of justice*. London: Chatto & Windus, 1955.



PECK, John; COYLE, Martin. *How to study a Shakespeare play*. London: Macmillan Press, 1995.

PORTER, Joseph A. "Character and ideology in Shakespeare" In: KAMPS, Ivo. (org.). *Shakespeare left and right*. New York: Routledge, 1991, p. 131-146.

ROZAKIS, Laurie. *Tudo sobre Shakespeare*. São Paulo: Manole, 2002.

SILVA, Theófilo. *A paixão segundo Shakespeare*. Brasília: W Edições, 2010.

SISSON, C. J. *Shakespeare's tragic justice*. London: Methuen & Co. LTD, 1963.

SKINNER, Quentin. "Afterword: Shakespeare and humanist culture" In: ARMITAGE, David; CONDREN, Conal; FITZMAURICE, Andrew. (orgs.). *Shakespeare and early modern political thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009, p. 271-281.

SOELLNER, Rolf. *Shakespeare's patterns of self-knowledge*. Ohio: Ohio State University Press, 1972.

SPURGEON, Caroline. *A imagística de Shakespeare*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

STAMPFER, J. "The catharsis of king Lear" In: MUIR, Kenneth; WELLS, Stanley. (orgs.). *Aspects of King Lear*. New York: Cambridge University Press, 2009, p. 77-86.

STENDHAL. *Racine e Shakespeare*. São Paulo: Edusp, 2008.

SÜSSEKIND, Pedro. *Shakespeare – o gênio original*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

VIGOTSKI, L. S. *A tragédia de Hamlet, príncipe da Dinamarca*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

WELLS, Stanley. *Oxford dictionary of Shakespeare*. Oxford: Oxford University Press, 1998.

WORDEN, Blair. “Shakespeare and politics” In: WELLS, Stanley. *Shakespeare Survey 44 – Shakespeare and Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002, 1-15.

#### **4. OBRAS SOBRE MAQUIAVEL**

ADVERSE, Helton. *Maquiavel – política e retórica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

ALTHUSSER, Louis. *Machiavelli and us*. London: Verso, 2000.

AMES, José Luiz. *Maquiavel – a lógica da ação política*. Cascavel: Edunioeste, 2002.

ARANHA, Maria Lúcia A. *Maquiavel – a lógica da força*. São Paulo: Moderna, 2006.

ARANOVICH, Patrícia Fontoura. *História e política em Maquiavel*. São Paulo: Discurso Editorial, 2007.

BARROS, Alberto Ribeiro G. de. “O pensamento político no final da Idade Média e no Renascimento” In: MACEDO JR., Ronaldo Porto. (coord.). *Curso de filosofia política – do nascimento da filosofia a Kant*. São Paulo: Atlas, 2008, p. 223-259.

BARROS, Vinícius Soares de Campos. “Maquiavel: sua época, suas idéias e a ditadura de transição” In: FILHO, Agassiz Almeida; BARROS, Vinícius Soares de Campos. (orgs). *Novo manual de ciência política*. São Paulo: Malheiros, 2008, p. 41-80.

\_\_\_\_\_. *10 lições sobre Maquiavel*. Petrópolis: Vozes, 2010.

BERLIN, Isaiah. “A originalidade de Maquiavel” In: *Estudos sobre a humanidade – uma antologia de ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 299-348.

BIGNOTTO, Newton. “As fronteiras da ética: Maquiavel” In: NOVAES, Adauto (org.). *Ética*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 113-126.

\_\_\_\_\_. *Maquiavel*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

CHISHOLM, Robert. “A ética feroz de Nicolau Maquiavel” In: QUIRINO, Célia Galvão; VOUGA, Cláudio; BRANDÃO, GILDO Marçal. (orgs.). *Clássicos do pensamento político*. São Paulo: Edusp, 2004, p. 51-75.

CINTRA, Rodrigo Suzuki. *O príncipe e a mandrágora: filosofia política e teatro em Maquiavel*. Disponível em: <[http://www.mackenzie.br/fileadmin/Graduacao/FDir/Artigos/artigos\\_2009/Rodrigo\\_Suzuki3.pdf](http://www.mackenzie.br/fileadmin/Graduacao/FDir/Artigos/artigos_2009/Rodrigo_Suzuki3.pdf)> Acesso em 20/07/2010.

FICHTE, Johann Gottlieb. *Pensamento político de Maquiavel*. São Paulo: Hedra, 2010.

GUANABARA, Ricardo. ““Há vícios que são virtudes”: Maquiavel, teórico do realismo político” In: FERREIRA, Lier Pires; GUANABARA, Ricardo; JORGE, Vladimyr Lombardo. (orgs.). *Curso de Ciência Política – grandes autores do pensamento político moderno e contemporâneo*. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2009, p. 25-48.

LEFORT, Claude. “Sobre a lógica da força”. In: Quirino, Célia Galvão e Sadek, Maria Teresa. (orgs.). *O pensamento político clássico*. São Paulo: TAQ Editor, 1980, p. 27-47.

\_\_\_\_\_. *Maquiavelo – lecturas de lo político*. Madri: Editorial Trotta, 2010.

MARTINEZ, Ronald L. “Comedian, tragedian: Machiavelli and traditions of Renaissance” In: NAJEMY, John M. (org.). *The Cambridge companion to Machiavelli*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010, p. 206-222.

MERLEAU-PONTY, Maurice. “Nota sobre Maquiavel” In: *Signos*. São Paulo: Martins Fontes, 1991, p. 237-252.

NEDEL, José. *Maquiavel – concepção antropológica e ética*. Porto Alegre: Edipucrs, 1996.

PÉCORA, Antonio Alcir Bernárdez. “Política do céu (anti-Maquiavel)” In: NOVAES, Adauto (org.). *Ética*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p.127-148.

PINZANI, Alessandro. *Maquiavel & O príncipe*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

RIBEIRO, Renato Janine. “O retorno do bom governo” In: NOVAES, Adauto. (org.). *Ética*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 101-112.

RODRIGO, Lídia Maria. *Maquiavel – educação e cidadania*. Petrópolis: Vozes, 2002.

SADEK, Maria Tereza. “Nicolau Maquiavel: o cidadão sem *fortuna*, o intelectual de *virtù*” In: WEFFORT, Francisco C. (org.). *Os clássicos da política*. 2v. São Paulo: Ática, 2006, p. 11-50.

SINGER, André. “Maquiavel e o liberalismo: a necessidade da República” In: BORON, Atílio A. (org.). *Filosofia política moderna – de Hobbes a Marx*. São Paulo: Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo/Clacso livros, 2006, p. 347-356.

SKINNER, Quentin. *Maquiavel – pensamento político*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

STRAUSS, Leo. *Thoughts on Machiavelli*. Chicago: The University of Chicago Press, 1978.

WEBER, Hingo. *O príncipe & Maquiavel sem ideologias*. Petrópolis: Vozes, 2007.

## **5. DEMAIS OBRAS**

ABBAGNANO, Nicola. *História da filosofia – 12 vols*. Lisboa: Editorial Presença, 2006.

ARISTÓTELES. “Poética” In: *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1973, p. 439-471.

AUERBACH, Erich. *Mimesis*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

BALANDIER, Georges. *O poder em cena*. Brasília: Editora UNB, 1980.

BARELLI, Ettore; PENNACCHIETTI, Sergio. *Dicionário das citações*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BARRETO, Vicente de Paulo (coord.). *Dicionário de filosofia do direito*. São Leopoldo/Rio de Janeiro: Editora Unisinos/Editora Renovar, 2006.

\_\_\_\_\_. (coord.). *Dicionário de filosofia política*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e Ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BITTAR, Eduardo C. B. *Curso de filosofia política*. São Paulo: Atlas, 2005.

BLOOM, Harold. *Como e por que ler*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

\_\_\_\_\_. *Gênio – os 100 autores mais criativos da história da literatura*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 2v. Brasília: Editora UNB, 1995.

\_\_\_\_\_. *Teoria geral da política – a filosofia política e as lições dos clássicos*. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2000.

CALVINO, Ítalo. *Por que ler os clássicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CANDIDO, Antonio; ROSENFELD, Anatol; PRADO, Décio de Almeida; SALLES GOMES, Paulo Emílio. *A personagem de ficção*. São Paulo: Perspectiva, 2000.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

\_\_\_\_\_. *O direito à literatura e outros ensaios*. Coimbra: Angelus Novus, 2004.

CARPEAUX, Otto Maria. *História da literatura ocidental – 4 vols.*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2008.

CARVALHO, Salo de. “Fronteiras entre ciência (dramática) e arte (trágica): aportes a partir das ciências Jurídico-criminais” In: SÖHNGEN, Clarice Beatriz da Costa; PANDOLFO, Alexandre Costi. (orgs.) *Encontros entre direito e literatura – pensar a arte*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008, p. 63-84.

CHAIA, Miguel. “A natureza da política em Shakespeare e Maquiavel” In: CHAIA, Miguel (org.). *Arte e política*. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2007, p. 73-90.

CHÂTELET, François; DUHAMEL, Olivier; PISIER-KOUCHNER, Evelyne. *História das idéias políticas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

CHAUÍ, Marilena. “Contingência e necessidade” In: NOVAES, Adauto. (org.). *A crise da razão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 19-26.

CHEVALLIER, Jean-Jacques. *As grandes obras políticas de Maquiavel a nossos dias*. Rio de Janeiro: Agir, 1990.

COMPARATO, Fábio Konder. *Ética – direito, moral e religião no mundo moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

COSTA, Nelson Nery. *Ciência política*. São Paulo: Forense, 2006.

DARBO-PESCHANSKI, Catherine. “Humanidade e justiça na historiografia grega, V-I a. C.” In: NOVAES, Adauto. (org.). *Ética*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 35-57.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O que é a filosofia?* São Paulo: Editora 34, 2004.

DOLIN, Kieran. *A critical introduction to law and literature*. Cambridge: Cambridge University Press.

EAGLETON, Terry. *Marxismo e crítica literária*. Porto: Afrontamento, 1976.

FERRAZ JR., Tercio Sampaio. “Justiça como retribuição – da razão e da emoção na construção do conceito de justiça” In: PISSARA, Maria Constança Peres; FABBRINI, Ricardo Nascimento. (orgs.). *Direito e filosofia – a noção de justiça na história da filosofia*. São Paulo: Atlas, 2007, p. 1-16.

\_\_\_\_\_. “Entrevista” In: NOBRE, Marcos; REGO, José Marcio. (orgs.) *Conversas com filósofos brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2000.

FORTES, Betty Yelda Brognoli Borges. “Literatura e direito na tragédia grega” In: SÖHNGEN, Clarice Beatriz da Costa; PANDOLFO, Alexandre Costi. (orgs.). *Encontros entre direito e literatura – pensar a arte*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008, p. 19-36.

GAAKEER, Jeanne. “O negócio da lei e da literatura: criar uma ordem, imaginar o homem” In: BUESCU, Helena; TRABUCO, Cláudia; RIBEIRO, Sónia. (coords.). *Direito e Literatura – mundos em diálogo*. Coimbra: Almedina, 2010, p. 13-47.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. “As formas literárias da filosofia” In: SOUZA, Ricardo Timm de; DUARTE, Rodrigo. (orgs.). *Filosofia e literatura*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004, p. 11-20.

GASSNER, John. *Mestres do teatro*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes. *Direito & literatura – ensaio de síntese teórica*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2008.

GRATELOUP, Léon-Louis. *Dicionário filosófico de citações*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

GRÜNER, Eduardo. “A tragédia, ou o fundamento perdido do político” In: VITA, Álvaro de; BORON, Atílio A. (orgs). *Teoria e filosofia política*. São Paulo: Edusp, 2004. p 15-52.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. “Os lugares da tragédia” In: ROSENFELD, Denis L. (Org.). *Filosofia e literatura: o trágico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 9-19.

HAUSER, Arnold. *História social da arte e da literatura*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

HUISMAN, Denis. *Dicionário de obras filosóficas*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

\_\_\_\_\_. *Dicionário dos filósofos*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

JAEGER, Werner. *Paideia – A formação do homem grego*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LALANDE, André. *Vocabulário técnico e crítico da filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

LEBRUN, Gérard. *O que é poder*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2009.

LEFORT, Claude. *As formas da história*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

LORAUX, Nicole. “A tragédia grega e o humano” In: NOVAES, Adauto. (org.). *Ética*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p.17-35.

LUKÁCS, György. *Arte e sociedade – escritos estéticos 1932-1967*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

MACHADO, Roberto. *O nascimento do trágico – de Schiller a Nietzsche*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

MAFFESOLI, Michel. *O instante eterno – o retorno do trágico nas sociedades pós-modernas*. São Paulo: Editora Zouk, 2003.



MAGALDI, Sábato. *O texto no teatro*. São Paulo: Perspectiva, 2008.

MALLARMÉ, Stéphane. *Rabiscado no teatro*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

MORA, J. Ferrater. *Dicionário de filosofia – 4 vols.* São Paulo, Edições Loyola, 2001.

MUTRAN, Munira H.; STEVENS, Kera. *O teatro inglês da idade média até Shakespeare*. São Paulo: Global Editora, 1988.

NIETZSCHE, Friedrich. *O nascimento da tragédia ou helenismo e pessimismo*. São Paulo: Companhia das letras, 1992.

NUSSBAUM, Martha C. *A fragilidade da bondade – fortuna e ética na tragédia e na filosofia grega*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

OLIVEIRA, Isabel de Assis Ribeiro de. *Teoria política moderna – uma introdução*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

OST, François. *Contar a lei – as fontes do imaginário jurídico*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.

PESSOA, Fernando. *Livro do Desassossego. Vol. I*. Coimbra: Presença, 1990.

POSNER, Richard A. *Law and literature*. Cambridge: Harvard University Press, 1998.

REALE, Giovanni; Antiseri, Dario. *História da filosofia – 7 vols.* São Paulo: Paulus, 2007.

RINESI, Eduardo. *Política e tragédia – Hamlet, entre Hobbes e Maquiavel*. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2009.

RÓNAI, Paulo. *Dicionário universal Nova Fronteira de citações*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

ROSA, Marco Aurélio. “Comentários sobre a banalidade do trágico” In: ROSENFELD, Denis L. (Org.). *Filosofia e literatura: o trágico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, 72-76.

ROSENFELD, Anatol. *A arte do teatro – aulas de 1968*. São Paulo: Publifolha, 2009.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. *Para uma crítica da compaixão*. São Paulo: Lumme Editor, 2009.

SÓFOCLES. “Édipo rei” In: *A trilogia tebana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.

\_\_\_\_\_. “Antígona” In: *A trilogia tebana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.

SZONDI, Peter. *Ensaio sobre o trágico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

TRINDADE, André Karam; GUBERT, Roberta Magalhães. “Direito e literatura: aproximações e perspectivas para se repensar o direito” In: *Direito e Literatura – Reflexões teóricas*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2008, p. 11-66.

UNAMUNO, Miguel de. *Do sentimento trágico da vida*. Lisboa: Relógio d’água editores, 2007.

VERNANT, Jean-Pierre. *O universo, os deuses, os homens*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

WILDE, Oscar. *Aforismos ou mensagens eternas*. São Paulo: Landy, 2006.